

Bases da negociação com o FMI

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As bases para as negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional já estão definidas pelo governo e partirão de três pontos básicos: das metas econômicas delineadas na carta-compromisso que criou a Aliança Democrática; do texto do discurso de Tancredo Neves, lido pelo presidente José Sarney na primeira reunião ministerial da Nova República; e do pronunciamento do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, na Câmara, no último dia 8. As metas foram reveladas, ontem, por Sebastião Marcos Vital, secretário-geral do Ministério da Fazenda e coordenador da Comissão de Negociação que, a partir de segunda-feira, iniciará uma série de reuniões, em Brasília, com a primeira missão oficial de técnicos do FMI que chegará ao Brasil no atual governo.

Vital ressaltou que os tópicos contidos em todos estes documentos serão encarados pelo Brasil como princípios que não poderão ser descartados nas negociações para a formulação da oitava carta de intenções do País ao Fundo. O coordenador da Comissão de Negociação destacou alguns destes tópicos: retomada do crescimento econômico, combate rígido à inflação, redução do déficit público e o aumento do nível de emprego.

Outro aspecto que Vital fez questão de deixar claro, ontem, foi a postura que o Brasil assumirá em relação a estas grandes metas econômicas. Ele disse que o País deixará claro ao Fundo Monetário que estes objetivos são posições "nossas e não deles". "Vamos combater a inflação, o déficit público, equilíbrio das contas externas e outros problemas porque queremos, e não porque sejam metas impostas pelo FMI. Isso é muito importante que a opinião pública entenda", afirmou o coordenador.

O programa das reuniões com os técnicos do Fundo também já está definido, informou Vital. Na segunda e terça-feiras, os trabalhos girarão em torno da discussão de conceitos técnicos que serão utilizados para a elaboração da próxima carta de intenções. Nestes dois dias se tentará aplainar as divergências entre os técnicos brasileiros e do FMI em relação ao cálculo do déficit público, do crédito interno líquido, das reservas cambiais, além de critérios para mensurar o endividamento externo do País. Nos outros dias, começarão as discussões em torno das metas da carta de intenções, e sem prazo para terminar, revelou Vital.



Arquivo

"Princípios do País não poderão ser descartados"

DIVERGÊNCIAS

Sobre supostas divergências que estariam ocorrendo dentro da área econômica do governo em relação a pontos importantes que o Brasil deve defender na renegociação da dívida externa e que já estariam preocupando os bancos credores e o próprio Fundo, Vital foi enfático: "Não existem divergências. Existe uma posição única do País e que já está sendo definida pelo ministro Dornelles, nomeado pelo presidente José Sarney coordenador geral das negociações com o FMI e bancos. As pessoas com posições contrárias não estão no governo, mas sim, fora dele".

Vital ressaltou, também, as razões que levaram o ministro Francisco Dornelles a constituir uma comissão de negociação para dialogar com os técnicos do Fundo. "O Brasil negociará a nível técnico com a comissão, por isso destacou técnicos seus para as reuniões. É uma simples questão de hierarquia. O ministro Dornelles só se sentará com o Jacques de Larosiere, diretor-gerente do FMI", explicou o coordenador da Comissão.

Outro ponto esclarecido por Vital foi a constituição da Comissão de Negociação brasileira e seu funcionamento. Ele explicou que o coordenador é uma pessoa só, ele mesmo. Subordinados a Vital estão mais 15 técnicos do Ministério da Fazenda, do Planejamento e Banco Central, divididos em três grupos distintos e que não terão chefias. "Houve certa confusão por parte da imprensa sobre a composição da comissão e de seu fluxo de trabalho", afirmou Vital, referindo-se a matérias publicadas ontem pelos jornais, a partir de in-

formações divulgadas no Ministério do Planejamento.

É esta a composição da comissão nomeada ontem por Dornelles, através de portaria ministerial: coordenador, Sebastião Marcos Vital, secretário-geral do Ministério da Fazenda. Membros: pelo Ministério da Fazenda: Carlos Von Doellinger, José Carlos de Oliveira, João Batista de Abreu, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Alvaro Gurgel de Alencar Netto, e Luís Romero Patu-ry Accioly.

Pela Seplan: Andrea Calabi, secretário-geral; Henry Philippe Reichstull, José Teófilo de Oliveira, Paulo Nogueira Batista Júnior, João do Carmo Oliveira. Pelo Banco Central: José Júlio de Almeida Senna, Carlos Eduardo de Freitas, Roberto Castello Branco, e Sílvio Rodrigues Alves.

SENSIBILIDADE

O senador Roberto Saturnino, líder do PDT, insistiu na necessidade de o governo fixar diretrizes claras e falar uma linguagem uniforme no que diz respeito à questão do relacionamento do País com a comunidade financeira internacional, sob pena de enfraquecer seu poder de negociação e barganha face aos banqueiros e ao FMI. Sustentou que a indefinição, a dubiedade, ou o conflito de posições neste particular custará tão caro quanto os juros fluatantes e extorsivos, que sufocam as tentativas ainda tímidas de reaquecimento da economia nacional. Saturnino destacou que mesmo reconhecendo que o atual governo não poderia ser responsabilizado pela situação dramática que herdou, cabe-lhe enfrentar o problema com "sensibilidade e ousadia".